

SINTAGMA: DA LINGÜÍSTICA PARA A GRAMÁTICA

Maria Iraci Sousa COSTA¹

ABSTRACT: This study aims to investigate the production process of sense and the constitution of the subject since the introduction of the designation “sintagma” in Moderna Gramática Brasileira (1976), de Celso Pedro Luft. Our thinking, which is based in the perspective of discourse analysis of the French, is oriented to the premise that the relationship between world and language is mediated by ideology, that is, between these two elements of different nature, ideology instructs the effect of evidence, putting in place the sense of always already there. Thus, we propose to investigate how these effects of evidence, which are themselves of the subject of the constitution and the production of the senses, are constituted in discourse and how the subject fits in the process.

KEYWORDS: effects of evidence; language; grammar; sintagma.

1. Da língua e do discurso: desconstruindo evidências

Na história da Linguística, o Curso de Linguística Geral (CLG), de Ferdinand de Saussure, é considerado um marco inicial da Linguística na Era da ciência. Ao reivindicar o estatuto de cientificidade, a Linguística precisava delimitar seu objeto de estudo, que, para ser objeto de uma ciência, deveria ser homogêneo, fechado e tangível. E assim, a Linguística passa a se interessar exclusivamente por elementos internos ao sistema e se recusa a reconhecer que a língua, seu objeto, não pode ser fechada e que existe fora do sujeito. É nesse sentido que Gadet e Pêcheux (2004) defendem que “o que aparece com Saussure é da ordem de uma ferida narcísica” (p.63). A língua existe fora e independentemente do sujeito, de forma que o sujeito não pode controlá-la nem apreendê-la na sua totalidade. Mas, fazer da língua o objeto de uma ciência, pressupõe-se que não há impossível para a língua e o sujeito poderia facilmente apreendê-la na sua completude.

Se por um lado, a Linguística se rende aos parâmetros positivistas para entrar na Era da ciência, definindo seu objeto como homogêneo, tangível e livre de contradições, por seu lado, a Análise de Discurso (AD), que se define como uma disciplina de entremeio, recusa-se a seguir os parâmetros positivistas, porque defende que os conhecimentos não devem ser meramente acumulados, mas discutidos continuamente (ORLANDI, 2007). O objeto de estudo da AD, o discurso, já não é mais integralmente linguístico, não se limita aos elementos internos ao sistema, pois, para a AD, “a linguagem tem de ser referida necessariamente à sua exterioridade, para que se apreenda seu funcionamento, enquanto processo significativo” (idem, ibidem, p 24). Se o sentido é da ordem da possibilidade, na Linguística saussuriana que busca ocupar um lugar junto às outras ciências, só há espaço para aquilo que é estável, constante e homogêneo. É nesse sentido que Pêcheux (2009) afirma que, “se a Linguística se constitui como ciência [...] foi, precisamente, no interior de um constante debate sobre a questão do sentido, sobre a melhor forma de *banir de suas fronteiras a questão do sentido*” (p. 78, grifos do autor).

¹ Acadêmica de segundo semestre do curso de Mestrado em Letras – Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Santa Maria, orientanda da professora Dr. Amanda Eloina Scherer.

Se Saussure se dedica ao estudo da língua, Pêcheux, por sua vez, se dedica ao estudo do discurso. A relação entre língua e discurso não se sobrepõe à dicotomia saussuriana língua e fala, pois “*a discursividade não é fala* (parole), isto é, uma maneira individual ‘concreta’ de habitar a ‘abstração’ da língua; não se trata de uso, de uma utilização ou da realização de uma função” (PÊCHEUX, 2009, p. 82). A língua, enquanto sistema, é única e, portanto, a mesma para todos, independentemente da posição que o sujeito ocupa em uma dada sociedade. Já o discurso, definido por Pêcheux (2009) como “efeito de sentido entre interlocutores”, não poderia ser o mesmo para todos, porque, diferentemente da língua, não existe um único discurso. Se a língua é autônoma porque tem seu sistema próprio e, por isso, é indiferente à luta de classes, o que dá singularidade a cada discurso é a maneira com que cada um se relaciona com uma dada ideologia, isto é, a inscrição do discurso numa relação ideológica de classes (idem, ibidem).

A AD se constitui no espaço da contradição, isto é, a AD, diferentemente da perspectiva saussuriana, se ocupa daquilo que atenta contra a homogeneidade e o fechamento da língua. Para fazer sentido, não basta estar na língua/no sistema, não é suficiente que o sujeito reconheça tal palavra, expressão, etc como próprio da língua, pois o sistema linguístico é igual para todos. E nessa concepção de língua enquanto sistema fechado e autônomo em que nada falha não há espaço para o sujeito nem para o sentido. Para que a língua signifique e produza seus efeitos, é preciso que algo do mundo ressoe, é preciso que a história intervenha. De fato, o sistema linguístico se apresenta como base comum, mas por si só não significa, não produz sentidos. Por isso a língua é entendida como pré-requisito indispensável de processos discursivos diferenciados (idem, ibidem, p. 81).

A relação entre mundo e linguagem não poderia se dar de uma forma plena e direta, por se tratar de elementos de naturezas diferentes. Assim, a possibilidade da relação entre mundo e linguagem se assenta na ideologia (ORLANDI, 2007, p. 28). O trabalho da ideologia é produzir evidências e é esse efeito que faz parecer que os sentidos se constituem naturalmente, como se fossem únicos e verdadeiros. O sujeito, por sua vez, só se constitui enquanto tal pela interpelação ideológica, mas o processo pelo qual ocorre a identificação do sujeito consigo mesmo, a de que “eu” é realmente “eu”, passa por um apagamento, de forma que a existência do sujeito é percebida como algo natural e sempre já existente. Segundo Pêcheux (2009), “o que oculta essa evidência [...] é o ato de que o sujeito é desde sempre ‘um indivíduo interpelado em sujeito’” (p. 141), ou seja, não há sujeito sem ideologia, o sujeito já nasce determinado ideologicamente.

À evidência da existência espontânea do sujeito, aproxima-se uma outra evidência, que é a evidência do sentido. Por esse efeito, produz-se a evidência de que há uma relação direta entre mundo-linguagem-pensamento. O sujeito acredita ter controle sobre o sentido de suas palavras, de forma que elas só signifiquem aquilo que ele quer que elas signifiquem, estabelecendo a ilusão de que as palavras tenham um sentido que lhe seja próprio. Assim como, diante de um objeto simbólico, o sujeito tem a ilusão de que o sentido é evidente, como se estivesse sempre lá. As palavras são carregadas de historicidade e significam diferente segundo as posições ideológicas daqueles que as empregam, pois, segundo Orlandi (2002) “é isso que significa a determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos: nem fixados *ad eternum*, nem desligados como se pudessem ser quaisquer uns. É porque é histórico (não natural) é que muda e é porque é histórico que se mantém” (p. 69).

Assim, partindo do princípio de que o sentido não é dado, mas sim determinado historicamente e que, por isso, as palavras são carregadas de historicidade, propomos desenvolver um estudo sobre o funcionamento do efeito de evidência, que é próprio da constituição do sujeito e da produção do sentido, tal como é desenvolvido na Análise de Discurso de linha francesa, para pensar a designação “sintagma” na Moderna Gramática

Brasileira (1976), de Celso Pedro Luft. Assim, procuraremos desenvolver nossa reflexão articulando algumas noções que poderão nos apontar o caminho para o entendimento dos efeitos de sentido que a designação “sintagma” traz consigo ao ser introduzida em uma gramática na década de 1970.

2. Articulando algumas noções

A AD que se define com uma disciplina de entremeio, justamente porque se constitui sob a contradição, questionando aquilo que as outras disciplinas apagam para dar um efeito de transparência aos pressupostos sobre os quais se assentam. Dessa forma, a AD não trabalha com evidências, por entender que não há uma relação direta entre mundo e linguagem assim como não há uma relação de equivalência. A linguagem não poderia representar o mundo, pois se trata de dois elementos de naturezas diferentes e incompatíveis que não se sobrepõem um ao outro. É por essa perspectiva que entendemos que os sentidos, embora se dêem como evidentes, são uma construção de ordem histórica, imaginária e ideológica. O efeito de evidência dos sentidos com que se apresenta ao sujeito é resultado do trabalho da ideologia, que, segundo Orlandi (2005) consiste em “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (p. 46). Mais do que isso, a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos (idem, ibidem). É a partir dessa premissa que se constituem a evidência do sujeito e a evidência do sentido.

O indivíduo só se constitui como sujeito ao ser interpelado pela ideologia (na verdade, o sujeito é sujeito desde sempre, visto não se enuncia senão de uma posição ideológica dada). É nesse sentido que podemos afirmar que não há sujeito sem ideologia nem discurso sem sujeito (idem, ibidem). O próprio do funcionamento da ideologia se dá pela dissimulação de sua própria existência, não que o trabalho da ideologia seja ocultação, mas sim produção de efeitos de evidências, de naturalização dos sentidos. Assim, o sujeito, assujeitado à ideologia, não percebe o mecanismo ideológico de apagamento do processo de interpelação/identificação e nem poderia perceber, uma vez que a subordinação do sujeito se realiza sob a forma da autonomia (Pêcheux, 2009, p. 149).

Por seu lado, a evidência do sentido aponta para a transparência da linguagem, como se o sentido fosse alguma coisa já dada de antemão, sugerindo que há uma relação direta entre mundo e linguagem, em que os nomes tivessem uma relação necessária com as coisas. Já dizia Saussure (2006) que “se as palavras estivessem encarregadas de representar os conceitos dados de antemão, cada uma delas teria, de uma língua para outra, correspondentes exatos para o sentido; mas não ocorre assim” (p. 135). Ou seja, as palavras não têm um sentido que lhe seja próprio, vinculado a sua literalidade. Inclusive, a noção de literalidade, que na linguística imanente é entendida como o sentido que a uma palavra tem independente de seu uso, na Análise de Discurso, segundo Orlandi (2005) ela é desconstruída, pois o sentido se constitui historicamente na relação do sujeito com a língua. Essas evidências apontam para o apagamento da determinação sócio, histórica e ideológica dos sentidos e do sujeito, pois funcionam pelos chamados esquecimentos que são inerentes ao discurso (idem, ibidem).

Se os sentidos não são transparentes e não tem uma relação necessária com as palavras, há um lugar em que se regulam os sentidos, que controla o que pode e deve ser dito, um lugar em que os sentido se constituem; esse lugar é a formação discursiva. Segundo Pêcheux (2009),

“o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que

‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’”
(PÉCHEUX, 2009, p. 149, grifos do autor)

Assim, a formação discursiva pode ser entendida também como um espaço de reformulação-paráfrase que determina o que pode e deve ser dito em uma conjuntura dada. Nesse espaço, o discurso reproduz o discurso do outro, uma vez que todo dizer se sustenta num já dito. Mas, afetado pelo esquecimento número um, também chamado de esquecimento ideológico, o sujeito tem a ilusão de que é a origem do seu dizer, que tais palavras nunca foram ditas antes, e que elas só significam aquilo que ele quer que elas signifiquem, ignorando a existência de um discurso socialmente preexistente (INDURSKY, 1998). Na verdade, o sujeito retoma sentidos próprios da formação discursiva que o domina ao se identificar com determinados discursos, mas não os cria/origina. O já-dito, rede de formulações pré-existentes que constitui o interdiscurso, é dissimulado pela ilusão de que o sujeito tem autonomia sobre seu dizer. E pelo esquecimento número dois, que é da ordem da enunciação, por isso também é chamado de esquecimento enunciativo, o sujeito tem a ilusão de que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal forma que acredita que seu dizer só pode ser dito com aquelas palavras e não outras. Mas esse esquecimento é parcial, o que justifica o fato de que muitas vezes o sujeito recorre a famílias parafrásticas para melhor especificar seu dizer (ORLANDI, 2005).

Os esquecimentos constitutivos do sujeito que estrutura a memória, o interdiscurso, funcionam, no nosso entender, mais fortemente pela função autor, que deve ser entendida aqui como um gesto que “se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim” (ORLANDI, 2007, p. 69). Trata-se de uma função, porque a autoria não é um aspecto que seja intrínseco ao sujeito, mas sim uma forma de relação do sujeito com a exterioridade que o determina, uma vez que, “sendo a autoria a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os processos disciplinares” (idem, 2005, p. 75). Assim, aquilo que é próprio do sujeito (incompletude, falha, equívoco, dispersão) é mascarado por um efeito de unidade que é determinado pela própria função autor, de forma que o discurso age sobre o sujeito (idem, 2006).

Na perspectiva discursiva, o dizer não tem origem no sujeito, porque todo dizer se sustenta sobre um já dito. Mas o sujeito, afetado pelo esquecimento e pela ilusão de autonomia sobre seu dizer, toma esses saberes já existentes e os reformula em seu discurso. Assim como os dizeres não se originam no sujeito, as palavras, expressões, etc não têm um sentido que lhe seja próprio, logo, o sujeito também não tem controle sobre os sentidos. E são essas ilusões que tornam possível a realização da função autor, ainda que saibamos que os sentidos não se originam, eles resignificam. Embora todo dizer se inscreva na ordem do repetível, uma vez que esta é a condição de sua existência, a particularidade da função autor está em produzir um lugar de interpretação em meio a outros, ou seja, a condição para que o sujeito se constitua enquanto autor é um gesto de interpretação singular, fazendo com que os sentidos já existentes signifiquem de forma diferente, essa é a propriedade da função autor. Assim, pela função autor, o sujeito “inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer” (idem, 2007, p. 70). Por entender que não há saber que não se inscreva na ordem do repetível, na perspectiva discursiva, não há origem; trata-se de um efeito de origem (INDURSKY, 2003) que passa a constituir uma memória.

3. Um gesto analítico

A partir da década de 1960, o saber gramatical passou a ser regido pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) oficializada em 1959. Desde então, a NGB passou a funcionar como uma referência, uma base constitutiva para a consolidação de autores de gramática brasileiros. É nesse sentido que Baldini (1998) a define como um discurso fundador² (ORLANDI, 1993), na medida em que funda uma memória. Sendo assim, se a NGB constitui o interdiscurso que determina o saber gramatical, a introdução de uma designação que não faz parte do rol estabelecido pela nomenclatura vigente vem perturbar essa memória e produzir outros sentidos. Dessa forma, propomos uma reflexão acerca da produção dos efeitos de sentido e da constituição do sujeito, bem como a constituição dos efeitos de evidência produzidos pela introdução da designação “sintagma” na Moderna Gramática Brasileira (1976), de Celso Pedro Luft mobilizando, principalmente, as noções de função autor e os efeitos de evidência constitutivos do sujeito e dos sentidos. Consideremos, então, a seguinte SD que constitui uma designação que se distingue por circular no domínio da ciência da linguagem e não fazer parte do rol estabelecido pela Nomenclatura Gramatical Brasileira:

SD - Sintagma é qualquer constituinte imediato da oração, exercendo função de sujeito, complemento, predicativo, adjunto adverbial. Tanto pode ser uma palavra só como mais de uma palavra:

o aluno – está lendo – a história – com muita atenção
ele – lê – aquilo – atentamente
SS SV SS SP/SAdv

(LUFT, 1976, p.13)

O recorte que selecionamos para análise apresenta a designação “sintagma” como uma definição. Na AD, descrever limites, controlar os sentidos, a tão almejada completude estão na ordem do imaginário, no nível das representações, pois segundo Pêcheux (2009) “a pretensão idealista de chegar a um universo de enunciados ‘fixos e unívocos’ que recubram o conjunto da realidade não tem mais consistência que um sonho, uma satisfação imaginária calcada no modo do ‘como se’” (p 64). O real do discurso é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude. Por mais que se queira apagar as marcas de subjetividade, as palavras não falam por si mesmas, há um sujeito que se inscreve nesse discurso e que é marcado ideologicamente. A designação “sintagma”, tal como ela se apresenta na forma de definição, constitui-se por um efeito de unidade e coerência que o sujeito busca atribuir a partir da posição sujeito que ocupa, que é a de autor de gramática. Ao definir, o sujeito é afetado pela tentativa de controlar os sentidos, impor limites, acreditando na possibilidade da existência de um sentido literal preso às palavras.

A origem do dizer, bem como a sua unidade e coerência, são construções do imaginário que constituem o sujeito enquanto tal. O sujeito, quando enuncia, acredita ser a fonte do seu dizer, como se as palavras tomassem o sentido que tem a partir do sujeito. Nessa SD, a ideia de origem do dizer é reforçada pelo fato de a designação “sintagma” vir de um outro domínio de saber e ser introduzida no domínio gramatical a partir desse sujeito, figurando como algo novo. A definição está funcionando na gramática como uma passagem do sem-sentido (aquilo que não significou ainda, o nunca experimentado) para o sentido (ORLANDI, 1993). Para que a designação “sintagma” signifique é preciso defini-la, dar

² Discurso fundador deve ser entendido aqui como aquele “que cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui uma memória outra. É um momento de significação importante, diferenciado” (ORLANDI, 1993, p 13).

sentido e também limitá-lo e, dessa forma, “o sem-sentido se deixa construir com a aparência do sentido estável, coerente e homogêneo” (idem, *ibidem*, p. 11). Essa designação não faz referência a uma memória anterior já estabelecida no domínio gramatical, por isso, a forma como a designação é introduzida é como se um novo saber irrompesse e instaurasse uma descontinuidade. E, por mais que essa designação tenha sido trabalhada em diversas correntes linguísticas, a sua introdução na gramática ocupa um lugar que produz um efeito de origem do dizer, colocando o sujeito como responsável por aquilo que diz.

As palavras não adquirem seu sentido nos sujeitos que as empregam, mas sim a partir de posições ideológicas determinadas e é nesse sentido que entendemos que essa designação aponta para uma outra posição sujeito que não se sobrepõe à posição sujeito dominante, que é a de gramático enquanto repetidor da NGB e responsável pela manutenção da nomenclatura (BALDINI, 1998). Antes de qualquer coisa, “o ato de escrever não existe pela submissão, ele existe pela dominação” (SCHERER, 2009), por isso, entendemos que dominação ideológica imposta pelo Estado via NGB encontra resistência no discurso do gramático. Essa resistência, que não nasce senão sob a dominação ideológica (PÊCHEUX, 1990), se materializa pela quebra ritualística da repetição da NGB e abre para a possibilidade da emancipação. O sujeito só existe enquanto tal porque é interpelado ideologicamente, logo, o sujeito não enuncia senão de uma posição ideológica. E no caso da SD analisada, essa posição não se sobrepõe à posição sujeito dominante. É nesse sentido que entendemos que a introdução de uma nova designação não apenas aponta para um afrontamento com a imposição do Estado, como também sugere que esse sujeito está inscrito em uma outra formação ideológica que o distancia da formatação que o Estado impõe como um saber absoluto, mas que na verdade só tem legitimidade, porque está pautado em uma imposição política.

O apagamento das marcas linguísticas de subjetividade é parte de uma cultura que entende que o saber deve ser objetivo e positivista, como se isso bastasse para que o saber se constituísse por si só sem uma intermediação do sujeito e além de qualquer interferência. Na verdade, produz-se um efeito de apagamento do sujeito em função da unidade que, enquanto autor, procura atribuir ao texto. Já que o próprio do sujeito é a dispersão e um texto não pode e não deve ser disperso, ele tem que ter unidade e coerência, esse sujeito é apagado pela função autor que é regulamentada por “um modo de dizer padronizado e institucionalizado no qual se inscreve a responsabilidade do sujeito por aquilo que diz” (ORLANDI, 2006, p. 78). O apagamento do sujeito, o qual se subjetiva a partir da sua inscrição no seu discurso, é resultado da inscrição do discurso no sujeito. É por esse efeito que o seu dizer/texto ganha aparência de unidade e objetividade. Dessa forma, o sujeito, que tem seu dizer regulamentado por uma política, reconhece-se como autor e se submete a um padrão consensualmente estabelecido segundo o qual o texto deve unidade, progressão, coerência, início, meio e fim. Entendemos, portanto, que, enquanto autor, o sujeito tem uma maior consciência de que seu dizer é regido por algo exterior e que lhe é anterior e, por isso, a ilusão de que pode controlar o seu dizer funciona mais fortemente.

4. Considerações finais

O sujeito, afetado pelos esquecimentos, acredita que pode determinar e controlar os sentidos de suas palavras, da mesma forma que acredita que os sentidos se originam a partir de si. Na verdade, o sujeito pensa assumir posições pessoais, quando, de fato, assume posições afetadas ideologicamente (INDURSKY, 1998). Dessa forma, entendemos que a introdução da designação sintagma aponta para uma quebra do ritual e, portanto, para um processo de identificação com uma outra formação ideológica dada. Além disso, esse distanciamento do sujeito em relação à ideologia dominante se manifesta pela quebra da

repetição. O “novo” que esse sujeito introduz se materializa pela forma como essa designação se apresenta na gramática, que é a definição. O sujeito, responsável pela introdução da nova designação, precisa defini-la, delimitar os sentidos. Essa designação não vem de qualquer lugar, não é escolhida aleatoriamente. Diferentemente das designações da NGB, a designação “sintagma” aponta para um saber que tem foros de cientificidade e que também traz uma concepção de língua e de linguagem diferenciadas. E esse sujeito que, enquanto gramático, se submete livremente a dominação ideológica do Estado, resiste, porque alguma coisa falha nesse ritual. Assim, essa designação é o lugar de resistência do sujeito, e ela denuncia a que discurso esse sujeito está se filiando.

Mas nada disso é referido na introdução da designação. Não há referência a outros autores que a tenham usado, o que pode ser entendido que, embora a designação sintagma já tenha sido usada e venha de outro lugar, produz-se um efeito de que a definição dada a essa designação é original. Se o próprio da função autor está em produzir um gesto interpretativo singular, é pela introdução da designação “sintagma” (que, apesar de já existir em outros domínios, na gramática ela ganha um efeito de origem) e também pela definição dada que o sujeito assume a função autor, isto é, ele dá ao dizer um lugar de origem pela singularidade com que o define, inscrevendo-o no interdiscurso.

Assim, o sentido dado à designação produz um efeito de evidência de que o sujeito é a origem do dizer e que, portanto, ele tem o controle sobre o sentido, acreditando que seu dizer é completo e original. No entanto, na perspectiva discursiva, não há dizer que não se inscreva no repetível, por isso, as palavras são carregadas de historicidade e projetam uma memória fazendo ressoar sentidos outros para que novos sentidos sejam significados. Essa designação não encontra eco no interdiscurso do domínio de saberes gramatical, ela destoa junto às demais, porque escapa ao que foi estabelecido com a NGB. A designação “sintagma” passa a ter um efeito de origem na gramática e passa a fazer parte do discurso gramatical até chegar a um efeito de naturalização, que soa como evidente. Desse modo, consideramos que a função autor é o lugar onde se manifesta mais fortemente a ilusão de origem do dizer e de controle dos sentidos e, portanto, é o lugar da produção de evidências.

Referências

- BALDINI, Lauro. A NGB e a autoria do discurso gramatical. In: *Revista Língua e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas, SP: Pontes Editores e Projeto História das Ideias Lingüísticas no Brasil, 1998, nº 1, p. 97-107.
- INDURSKY, Freda. O sujeito e as feridas narcísicas dos linguistas. *Gragoatá*. Niterói; RJ: EDUFF, 1998, nº 5, p. 111-120.
- _____. *Lula lá: estrutura e acontecimento*. In.: *Organon*. Porto Alegre: Instituto de Letras UFRGS, 2003, Volume 17, nº 35, p. 101-21.
- ORLANDI, Eni. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 65-73.
- _____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6ªed. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. *Discurso e Leitura*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5ª ed. São Paulo: Pontes Editores, 2007.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SCHERER, Amanda Eloina. A escrit(ur)a de si: uma história do sujeito pela alteridade. In: CORACINI, Maria José; ECKERT, Beatriz (Orgs.). *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira*. São Paulo: Clara Luz, 2009.



Anais do IX Encontro do CELSUL
Palhoça, SC, out. 2010
Universidade do Sul de Santa Catarina

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões e deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. *Caderno de Estudos Linguísticos*. Campinas, n. 19, p. 07-24, 1990.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi. 4^a ed. Campinas: EdiUnicamp, 2009.